

# O TRABALHO TE ADOECE

## Vem aí a II Pesquisa de Saúde dos Servidores do Judiciário Federal

### LEIA MAIS

Assembleia elege  
delegados para Plenária  
Nacional da Fenajufe

Página 3

Luta dos servidores e do  
Sisejufe garante jornada  
de sete horas no TRT

Página 8

Sindicato evita corte no  
pagamento de oficiais  
de justiça aposentados

Página 10

LATUFF



## O trabalho te adoecce?

No Poder Judiciário a virtualização alterou significativamente a forma como os servidores e servidoras lidam com a rotina do trabalho. A mesa de trabalho virtual nunca esvazia e a sensação de “enxugar gelo” toma conta. A atual política de metas de produtividade do PJU e do MPU provoca crises de ansiedade e depressão.

O Judiciário vive hoje os efeitos da Síndrome de Burnout que outras categorias já conhecem muito bem. Toda essa realidade está colocada sem nenhuma política de saúde institucional que reconheça e trate esse problema, um esgotamento físico e intelectual causado por estresse excessivo no ambiente de trabalho e que tem sua origem em modelos de gestão. Os dados institucionais sobre

a saúde do servidor e da servidora no Poder Judiciário são bastante escassos de uma forma geral. A política de atenção à saúde desses trabalhadores é bem recente. Apenas em 2016, institucionalmente se começou a dar os primeiros passos na coleta dos dados sobre a saúde de servidores (as) e de magistrados (as). É absolutamente necessário um levantamento de dados nacionais sobre a situação para mapear o adoecimento da categoria e construir políticas concretas de atenção integral à saúde, principalmente focada na prevenção ao adoecimento, atuando transversalmente na gestão de pessoas para extinguir os componentes do adoecimento.

O objetivo da Pesquisa de Saúde do Sisejufe em 2018 é

obter, sistematizar e atualizar os dados da situação de adoecimento da categoria judiciária federal no Rio de Janeiro, caracterizando o avanço das doenças do trabalho, principalmente às vinculadas ao esforço repetitivo e ao sofrimento mental, gerado pela jornada excessiva em ambiente virtual sem pausas e da pressão pelo cumprimento de metas mormente abusivas, em geral acompanhadas com situações de assédio moral e/ou abuso de poder.

Com o mapeamento, será possível cobrar das administrações a implantação de políticas de prevenção e mudanças no modelo de produtividade aplicado à gestão de pessoas, atuando nos espaços de decisão dessas políticas, nos tribunais, conselhos e/ou no CNJ.

Além disso, os dados obtidos contribuirão de forma decisiva para a construção de saídas jurídicas, a partir do somatório de esforços das assessorias jurídicas e da área de Saúde do Trabalhador do sindicato.

### Sindicato busca comprovação do nexos causal

Assim, será possível tratar questões como a caracterização e reconhecimento do acidente de trabalho e da aposentadoria por invalidez, quando oriundos das doenças osteomusculares surgidas ou agudizadas pelo esforço repetitivo na jornada de trabalho virtual sem pausas ou das doenças psíquicas que surgem em desdobramento das violências no trabalho e em especial do assédio moral.

Esta é uma etapa importante da luta por condições e relações de trabalho dignas, uma vez que as dificuldades de comprovação do nexos causal nesses casos ainda são imensas em função da ausência de monitoramento institucional e de políticas efetivas de combate ao assédio moral e sexual no Poder Judiciário.

Colegas: sua participação é muito importante para garantir a luta pelos seus direitos. Participe, divulgue, incentive aos seus colegas a responderem à pesquisa. Ajude a construir um banco de informações que seja o real espelho da saúde dos servidores e das servidoras do Judiciário Federal fluminense. O trabalho te adoecce? Suas respostas e informações fortalecem a nossa luta e a saúde de todos.

# Eleitos delegados para a XXII Plenária Nacional da Fenajufe

**CATEGORIA** Assembleia teve duas chapas inscritas e reuniu 113 servidores no Sisejufe

Heloiza Gomes\*

Em assembleia realizada no dia 20 de junho, no auditório do Sisejufe, foram escolhidos os delegados da bancada do Rio que participarão da XXII Plenária Nacional da Fenajufe, que acontecerá de 2 a 5 de agosto, em Salvador, Bahia. Na ocasião, 113 servidores escolheram entre os dois grupos inscritos: a chapa 1 e a 2 (a lista dos delegados será divulgada no site do sindicato). Ao fim da votação, que teve uma abstenção, a primeira recebeu 88 indicações e a segunda, 24, representando 78,57% e 21,43%, respectivamente.

Como a participação, de acordo com as regras da Fenajufe, deve ser proporcional ao percentual obtido na votação, a chapa 1 levará à plenária 12 delegados e quatro observadores e a chapa 2, três delegados e um observador. Vale lembrar que, além dos 15 definidos na assembleia, haverá ainda a participação de mais um da diretoria da entidade.

Antes da votação, os representantes das chapas tiveram três minutos para defender as propostas que pretendem levar à Plenária Nacional. Valter Nogueira Alves, presidente do Sisejufe, falou pelo primeiro grupo e destacou o fato de ele ser formado por servidores de diversos segmentos e localidades, aposentados e ter 50% de mulheres. “É uma chapa de pessoas que participam de uma forma extremamente ativa



Foto: Heloiza Gomes

das lutas da categoria, e não só do Judiciário, mas de todo o conjunto da classe trabalhadora”, afirmou. Em seguida, discorreu sobre a fase difícil pela qual passam o país e os trabalhadores em geral e defendeu a união de todo funcionalismo público para enfrentar os problemas. “Precisamos ter uma proposta conjunta para sair de lá com uma proposta, não fechada, mas que indique uma sistemática, o processo de enfrentamento, de como vamos conseguir arrancar do próximo governo o nosso reajuste, de como vamos garantir que não retire direitos e de como vamos trabalhar para revogar essa Reforma Trabalhista”, pontuou.

Vanise Bonna (TRF), que representou a chapa 2, também defendeu a necessidade de união, salientou que seu grupo é bem heterogêneo e alertou:

“A Reforma da Previdência é uma realidade, seja qual for o presidente que venha. A gente tem que estar preparado.”

### Repúdio ao autoritarismo das administrações

Na abertura da assembleia, foram registradas duas moções de repúdio às recentes injustiças sofridas por dois funcionários do Judiciário. A primeira, pedida por David Cordeiro (TRT), fez referência a José Esteves, do TRT, que foi demitido, mesmo estando de licença médica. A segunda, solicitada por Mariana Liria, diretora do Sisejufe, foi pelo fato de o oficial de Justiça Pietro Valerio ter sido obrigado a entregar um mandato em área de risco, sob pena de multa diária. Ambas foram aprovadas por unanimidade.

\*Da Redação

## Sindicato entra com ação contra Unimed

Antes da votação, Valter Nogueira Alves aproveitou a reunião da categoria para fazer um informe sobre o reajuste do plano de saúde. Este ano, a Unimed se negou a negociar o percentual com o sindicato, como era de costume. Numa atitude arbitrária, simplesmente enviou uma carta, informando que o aumento seria de 18%.

O Sisejufe não aceitou e solicitou uma reunião, mas não houve acordo. Foi rece-

bida outra correspondência, com novo índice: 14,9%. “É um percentual ainda muito elevado. E, diante das infrutíferas tentativas de negociação, no dia 6 de junho foi ajuizada ação, solicitando a anulação do reajuste e a aplicação, em um primeiro momento, de um percentual inferior e uma avaliação técnico-contábil, com base no contrato, para saber o que seria adequado”, informou o presidente.

## Sisejufe é vitorioso em decisões contra a aplicação do Funpresp

**JURÍDICO** Sindicato recomenda a averbação do tempo de serviço junto ao órgão atual

A direção do Sisejufe, por meio do Departamento Jurídico, ajuizou ações coletivas para afastar a submissão ao Funpresp-Jud de seus filiados que possuam, antes do ingresso no Tribunal, vínculo estatutário com outros entes federativos (estados, Dis-

trito Federal e municípios) ou com as Forças Armadas, e para os quais não houve intervalo entre uma situação e outra. A iniciativa do sindicato obteve o pedido de tutela de urgência deferido em ambas as ações, numa delas na própria sentença

igualmente favorável ao pleito do sindicato.

Para os servidores filiados que se encontram numa das situações indicadas, a direção do Sisejufe recomenda que obtenham certidão do tempo de serviço anterior e requeiram a averbação

junto ao órgão atual, bem como a inclusão nas regras anteriores ao Funpresp, com fundamento nas decisões proferidas nas ações coletivas do sindicato. A declaração de filiação para ser juntada ao requerimento, pode ser obtida junto ao sindicato.

Os processos foram autuados sob os números 004472-05.2016.4.01.3400 (1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal) e 0020258-89.2016.4.01.3400 (2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal).

Contraponto

SISEJUFEBR: Filiado à FENAJUFEBR  
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
TEL./FAX: (21) 2215-2443  
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>  
ENDEREÇO: [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Adriano Nunes dos Santos, Alexandre Graciano dos Santos, Amaro das Graças Faustino, Ana Clécia Vieira Santos, Carlos Eduardo da Costa Cruz, Carlos Henrique Ramos da Silva, Claudio Vieira Amorim, Deise de Andrade Azevedo, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Fabio Filardi da Silva, Fernanda Guimarães Lauria, Helena Guimarães Cruz, Iuri Barbosa Matos Peixoto, Joel Lima de Farias, José Fonseca dos Santos, José Ricardo de Almeida Horta, Jovelina Alves da Silva, Laura Diogenes de Oliveira e Silva, Lucas Ferreira Costa, Lucena Pacheco Martins, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Marcelo Costa Neres, Maria Cristina Barbosa Mendes, Maria Eunice Barbosa da Silva, Mariana Abreu Petersen da Rocha, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Michel Carneiro da Silva, Mônica Cristina Santana de Jesus, Neli da Costa Rosa, Nilton Barbosa de Castro, Nilton Alves Pinheiro, Ricardo de Azevedo Soares, Ricardo Loureiro Pinto, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo Soares Valverde, Rodrigo Alcantara de Souza, Ronaldo Almeida das Virgens, Soraiá Garcia Marca, Valter Nogueira Alves – **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Cristiane Vanina Amarel – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTB 20732) – Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Cristiane Vanina Amarel (MTE/RJ 8685) – Heloiza Gomes (MTB 17091/103/44v) – **PROJETO GRÁFICO:** Claudio Camilo (MTB 20478) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedória de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Deise de Andrade Azevedo, José Ricardo de Almeida Horta, Lucena Pacheco Martins, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria, Ricardo Quiroga Vinhas, Soraiá Garcia Marca, Valter Nogueira Alves, Vera Miranda, Fortunato Mauro e Max Leone – **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 6.000. \*Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.\*

# Mês de orgulho LGBT:

## debate coloca em pauta diversidade e identidade de gênero

**DEPARTAMENTOS** Mesa reúne mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais

Para celebrar o mês do Orgulho LGBT, o Departamento de Gênero e Raça do Sisejufe promoveu no dia 11 de junho, no auditório da entidade, o debate “A luta LGBT: orgulho e resistência frente às violências”. A mesa foi formada apenas por mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, referências na pauta. Verônica Lima, primeira negra vereadora de Niterói e uma das fundadoras da Parada LGBT de Niterói; Ana Beatriz Duarte, estudante de história, militante da Marcha Mundial das Mulheres e da Kizomba Arco-Íris; Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga, professora, pós-doutora em psicologia social e do trabalho, pesquisadora-líder do Oda-rra – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade, Diversidade; e Tainá de Paula, arquiteta e urbanista, especialista em Patrimônio Cultural pela Fundação Oswaldo Cruz, mestre em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, lideraram a discussão.

As quatro convidadas ressaltaram como fundamental que os movimentos sindicais atuem também contra a discriminação. “São muitos trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam situações de preconceito. Então, debater o tema da diversidade sexual e a organização é importante para combater a transfobia e a homofobia que a gente sabe que acontecem nas relações de trabalho”, opinou Verônica. Para Jaqueline, inclusive, a luta LGBT se confunde com os problemas sociais em geral. “Quando falamos sobre os direitos de lésbicas, de gays, de bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo, estamos falando do lugar de exclusão social que essas populações são colocadas por essa sociedade capitalista, excludente, machista, racista, lgbtfóbica, que nos considera inferiores”, discursou a psicóloga.

Tainá de Paula reforçou que é preciso a união de todos em torno da causa, pois a classe trabalhadora é diversa. “E a



Foto: Evelyn Lee

gente precisa entender que o nosso inimigo é comum e que ele não entende raça, classe e gênero. Então, o Sisejufe está de parabéns por estar garantindo o que entendemos como democracia diversa e fe-

ministra”, comemorou a arquiteta. Ana Beatriz destacou que debates como o promovido pelo Sisejufe servem também para que o próprio movimento LGBT reflita sobre a sua trajetória, desafios e sobre a forma

de contribuir para a sociedade. “Só assim, entendendo o que ele se propõe, é que a gente conseguirá se reafirmar e pensar uma política que seja verdadeiramente inclusiva”, afirmou a estudante.

# Ocupação de espaços

## é fundamental para combater o racismo

**DEBATE** Preconceito ainda é pouco discutido pela categoria

Cristiane Vianna Amaral\*

Bruna Rodrigues, da Coordenação Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU) abriu a discussão reverenciando a todos que lutaram para que ela estivesse no auditório do Sisejufe como debatedora. “Para estar nesta mesa, quantas mulheres e homens negros foram silenciados?”, questionou. A coordenadora do MNU não considera que o 13 de maio possa ser comemorado como o dia da abolição da escravatura, pois não foi garantido o mínimo acesso a direitos básicos, como terra, educação e cultura. “Num momento de crise, como o que estamos vivendo, o desemprego chega primeiro na população negra.”

A estudante, que também é e diretora de Combate ao Racismo da União Estadual dos Estudantes no Rio de Janeiro (UEE/RJ), falou de suas dificuldades como negra, desde a falta de identidade com a sua origem, apagada da história, passando pelos problemas na escola, os desafios de estar na universidade e a importância desse lugar para ressignificar a negritude no território nacional. “A democracia racial no Brasil é uma falácia”, ressaltou. Ela destacou a política de cotas como importante para a ocupação de espaços e criticou a mídia, que coloca sempre



Fotos: Manuella Soares

**“Desmistificando o 13 de Maio: perspectivas da população negra em uma sociedade excludente 130 anos após a Abolição da Escravatura” foi o tema do debate promovido pelo Sisejufe, por meio do Departamento de Gênero e Raça. O evento foi realizado no dia 23 de maio, no auditório do sindicato**

corpo negro num papel secundário. “O principal desafio desse país é a superação do racismo”, concluiu.

### A perspectiva é a luta

Para a psicóloga Terezinha Martins, coordenadora do Núcleo de Estudos de Trabalho, Raça, Etnia e Gênero (Negrem) da Unirio, a assinatura da Lei Áurea foi apenas uma formalidade, que atende à lógica ca-

pitalista. Ela chamou a atenção para o fato de ser fácil constatar o racismo no cotidiano brasileiro: são poucos os negros nas universidades, na política e até nos espaços sociais, como restaurantes e shoppings.

E, para mudar essa realidade, Teresinha acredita que a estratégia da população negra deve ser de ocupação e, para isso, é necessário mudar objetivamente os espaços de luta,

para além do simbólico. “A perspectiva é a luta.”

Nesse sentido, as cotas, como política possível, é fundamental, “mas eu queria paridade” – defende. A mestre e doutora em Psicologia Social, professora adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da Unirio faz parte da comissão que vai aferir a auto-declaração de quem se candidata a uma vaga na universidade pela política de cotas, com o objetivo de evitar as possíveis distorções.

### Sindicato fluminense tem um trabalho efetivo na luta antirracista

O assessor parlamentar do Sisejufe, Alexandre Marques, parabenizou o sindicato fluminense por ser o único, entre os 31 filiados à Fenajufe, que tem um trabalho efetivo no combate ao racismo, por meio do Departamento de Gênero e Raça. “A própria federação não

tem um coletivo que trate do preconceito e da discriminação sofrida pelos negros.”

Como sacerdote do Candomblé, religião de matriz africana, Alexandre denunciou a intolerância religiosa. Entre 2015 e 2016, 109 terreiros foram incendiados no país por pessoas ligadas às igrejas neopentecostais. E, no Congresso, são apenas 43 negros na Câmara e dois no Senado. “E a bancada evangélica resiste a qualquer avanço de uma política pública antirracista.”

Para Alexandre, que também é bacharel em Direito e pós-graduando em Direito Público, é preciso escrever a história na perspectiva do povo negro. “Depois de 130 anos, não temos nada a comemorar. Em tempos de crise, que iniciou após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a população negra é a primeira a ser atingida.” Ele afirmou ainda que várias lutas anteciparam a assinatura da Lei Áurea “ou haveria uma revolução”. O assessor parlamentar também aposta na ocupação dos espaços como estratégica e vê as eleições de 2018 como uma oportunidade para o avanço do movimento negro.



Eleições de 2018 são oportunidade para o movimento negro

**Festa Junina**  
Ingresso R\$70,00  
Sexta-feira, 29 de junho, das 19h às 24h  
Com a dupla sertaneja Claudio e Márcio, Banda Universitária Top 3 e nos intervalos, DJ Max  
Salão Nobre do Clube Ginástico Português  
Avenida Graça Aranha, 187 – Centro/RJ.  
Ingressos: [www.sisejufe.org.br/festajunina2018](http://www.sisejufe.org.br/festajunina2018)  
Comidas típicas, bebidas e Open Bar liberados

# Pesquisa ajudará na elaboração e cobrança de uma política de saúde mais justa

**SAÚDE** No lançamento da II Pesquisa de Saúde dos Servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro foram debatidas as principais causas para o adoecimento da categoria

A participação de todos é fundamental. Portanto, não deixe de responder o questionário, que pode ser acessado pelo aplicativo do Sisejufe, pelo site, no endereço [www.sisejufe.org.br/pesquisasaude2018](http://www.sisejufe.org.br/pesquisasaude2018) até 15 de agosto

Heloiza Gomes\*

A II Pesquisa de Saúde dos Servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro foi lançada no dia 15 de junho em evento no auditório do Sisejufe, sob a coordenação de Helena Cruz, diretora do Departamento de Saúde e Combate ao Assédio. Na ocasião, o psicólogo Arthur Lobato, do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do estado de Minas Gerais (Sitraemg), comandou o debate e Vera Miranda, assessora política do Sisejufe, apresentou os resultados de 2014 e detalhou os pontos da atual pesquisa.

Durante a palestra, Lobato deu ênfase ao assédio moral, uma das principais causas que afeta a saúde mental do servidor. “O assédio é o processo com

a intenção de prejudicar, humilhar, para que exista a negação da identidade do indivíduo. É tão perverso que a pessoa não aguenta e se aposenta”, afirmou. O psicólogo ainda destacou outros problemas que a categoria enfrenta atualmente, como as metas abusivas, o aumento do volume de trabalho e a proibição da reposição dos aposentados e dos que estão afastados por causa de doença. De acordo com ele, tudo isso tem um objetivo muito claro: a desconstrução do serviço público. “O assédio moral é usado como método de gestão. Então, devemos trabalhar em três eixos: prevenção, intervenção e acolhimento”, pontuou.

Aberto o debate, os presentes também levantaram pontos relevantes sobre o assunto. Valter Nogueira Alves, presidente do Sisejufe, falou sobre as dificulda-



Foto: Heloiza Gomes

Arthur Lobato foi o convidado do evento coordenado por Helena Cruz

des que o servidor enfrenta até para caracterizar a doença que o acomete. “Não é admissível que o trabalhador saia de uma licença médica, da perícia, sem aquilo estar configurado se é ou não acidente de trabalho”, disse, prometendo enfrentar o problema de frente.

A assistente social do TRF Márcia Souza ressaltou a importância da Resolução 207, referente à política de saúde, e cobrou a sua implantação. E João Batista, diretor do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal no Estado de Goiás (Sinjufego), elogiou a iniciativa e revelou que vai levá-la a seu estado. “Quero implantar as boas práticas. Em um ano,

contabilizamos 800 atestados médicos. Então, a questão da saúde tem que ser pauta recorrente, tão importante quanto à pauta salarial”, afirmou.

#### Questionário estará na Intranet dos tribunais

O trabalho te adocece? É para encontrar a resposta a esta pergunta que o Sisejufe preparou a segunda edição da Pesquisa de Saúde - a primeira foi realizada em 2014. O objetivo é atualizar os dados sobre o adoecimento dos funcionários do Judiciário e do avanço das doenças do trabalho, principalmente as vinculadas ao esforço repetitivo e ao sofrimento mental. Com 115 questões

(objetivas, na maioria), ela pode ser acessada no site, nas mídias sociais e no aplicativo do sindicato - para baixar o SisejufeApp, é só entrar nas lojas Play Store ou APP Store. “Assim, em qualquer lugar em que estiver, o servidor poderá preencher. E também encaminhamos o link da pesquisa para os tribunais, a fim que seja disponibilizado na Intranet. Ficará disponível durante dois meses”, avisa Vera Miranda, assessora política do Sisejufe. Com isso, espera-se que haja uma participação mais efetiva da categoria.

Na nova versão da pesquisa, revista e ampliada, o servidor responde questões como: se

“Não é admissível que o trabalhador saia de uma licença médica, sem aquilo estar configurado se é ou não acidente de trabalho”

Valter Nogueira Alves

tem dores e o que sente em relação ao prazo para o cumprimento das tarefas. Após o servidor preenchê-la, as respostas vão automaticamente para um banco de dados, que fará a sistematização das informações. Mas, além das facilidades tecnológicas, há outras novidades. “Uma delas é que, nesta edição, formatamos de um jeito que há blocos específicos para cada área, com acesso restrito aos que atuam

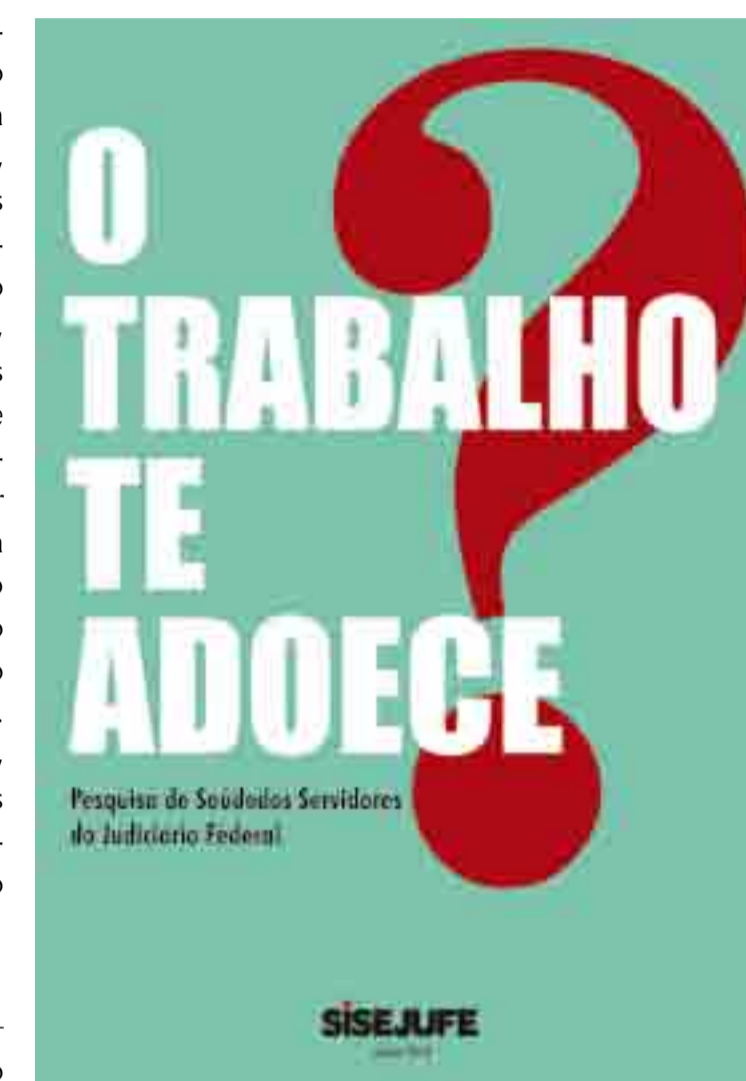
nela”, destaca Vera. Também foram incluídas questões não contempladas em 2014, como as que se referem ao teletrabalho e às dirigidas às pessoas com deficiência.

A maioria do conteúdo, no entanto, não sofreu mudanças significativas. “Mantivemos a questão da análise das doenças oftálmicas e musculares e ampliamos a análise do sofrimento mental”, diz a assessora. As relações humanas também continuam a receber a mesma atenção. O servidor poderá, por exemplo, revelar se sofre pressão para realizar as tarefas, se sente-se representado pela chefia e se recebeu treinamento e capacitação.

Com os resultados em mãos, o sindicato cobrará das administrações a implantação de políticas de prevenção à saúde

e formulará ações para a caracterização e o reconhecimento do acidente em serviço e da aposentadoria por invalidez, tanto pelas doenças físicas quanto pelas psíquicas, originadas pelo assédio moral. “No sindicalismo do século XXI, precisamos de dados científicos para provar. Então, temos que usar as pesquisas para denunciar o óbvio. Temos que usar de todos os argumentos da ciência, da academia, do esforço sindical, do convencimento do próprio colega no novo mundo do trabalho”, defendeu Lobato. E a categoria parece concordar, a julgar pelos 58 questionários respondidos só nos dois primeiros dias após o lançamento da pesquisa.

\*Da Redação



## O trabalho conjunto é essencial

De acordo com Arthur Lobato, a estrutura do novo mundo do trabalho, com a política de metas de produtividade, serve apenas para incentivar a competitividade e, consequentemente, a individualidade. Lobato prega a união dos sindicatos para que seja questionado como essas políticas estão sendo implementadas. “O objetivo institucional é explorar ao máximo o trabalha-

dor, de forma que ele adocece ou se sinta inútil, incapaz, para justificar a terceirização do serviço público”, acredita o psicólogo, que alerta: “Estamos em guerra e só temos duas opções: lutar ou se acovardar e ser destruído”.

Vera Miranda concorda que o momento, mais do que nunca, é de união. “É preciso envolver todos os sindicatos, estaduais e federais, na

questão. Temos que construir uma política articulada nacionalmente. Exigir dados de afastamento dos tribunais para trabalharmos também com a informação oficial”, pondera a assessora, para quem o ponto deve ser tratado com atenção. “A tendência é o aumento da escala de adoecimento e absentismo. Isso vai resultar em graves problemas”, prevê a assesso-

ra, que lembra que o Sisejufe já solicitou aos tribunais, com base na Lei de Acesso à Informação, os números de licença-saúde dos últimos cinco anos e as principais causas de adoecimento.

Vale destacar ainda que o Sisejufe é um dos articuladores da construção do Observatório Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Servidores do Poder Judiciário. A iniciativa, em par-

ceria com o Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Sindiquinze) e com o Sindicato dos Servidores do Poder do Judiciário do Estado do Paraná (Sindjus-PR), propõe manter um banco nacional de informações de todos os estados sobre a saúde da categoria e verificar os efeitos, diretos e indiretos, das mudanças promovidas na gestão e nos processos de trabalho.

## Em 2014, maioria já estava em tratamento de saúde

Vera Miranda, assessora política do Sisejufe, aproveitou o lançamento da atual pesquisa para discorrer sobre os resultados da anterior. Sua saúde é nossa pauta, de 2014, que ganhou um relatório ilustrado, distribuído durante o evento. Nele, é possível observar os problemas que mais atingem a categoria e que são possíveis causas de adoecimento. “Buscamos construir um perfil com as condições de trabalho, a existência das doenças osteomusculares e oftálmicas e saber se havia ou não sofrimento mental. E já naquela

época os dados foram bastante impactantes”, explica Vera. Dos 1.097 entrevistados, 59% responderam que estavam fazendo tratamento de saúde, 51% sentiam dores no pescoço e 52%, nas costas. Outro dado que chama a atenção é a percepção do aumento de trabalho. Na ocasião, 61% confirmaram o acréscimo de tarefas e 39% apontaram a diminuição de número de servidores como causa da situação.

A pesquisa ainda mostra que a atuação fora da jornada era comum. Segundo o resultado, 75,64% trabalhavam no final de semana e 11% costumavam le-



var tarefas para casa. Destes, 43,75% usavam entre duas e cinco horas para realizá-las, 22,65%, entre seis e dez horas, 6,25%, entre 11 e 20 horas, e 3,13%, mais que 20 horas.

No quesito conforto, o resultado foi ainda mais desalentador: 71% afirmaram que estavam sujeitos a posturas desconfortáveis no trabalho. Não bastasse, 42% responderam que sua atividade “sempre” exigia movimentos repetitivos e 40%, em posição estática. Apesar de ambas as situações serem prejudiciais à saúde.

# Mobilização combate onda de autoritarismo e abuso de poder no tribunal

TRT

Luta dos servidores e do Sisejufe garante jornada de sete horas. Sindicato também atua contra as arbitrariedades cometidas com os trabalhadores

Max Leone e  
Cristiane Vianna Amaral

A direção do Sisejufe e os servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio conquistaram uma grande vitória no dia 21 de junho no Órgão Especial. Com muita luta e mobilização, o sindicato e o funcionalismo derubaram a jornada de trabalho diferenciada e foi estabelecido o período de sete horas ininterruptas de serviço, sendo o intervalo intrajornada opcional para o servidor.

Diretor do sindicato, Amauri Pinheiro destacou a atuação do Departamento Jurídico do Sisejufe - a assessora jurídica Aracéli Rodrigues acompanhou a sessão desta quinta-feira - mas lembrou que os servidores devem esperar a publicação da decisão do Órgão Especial para entrar em vigor.

“Vale lembrar que esta decisão vai resultar na alteração do sistema de marcação de ponto. Mas é preciso ter calma e esperar a publicação”, afirmou Amauri Pinheiro, ressaltando que a decisão também abrange os agentes de segurança.

A vitória é extensiva a todos os servidores do tribunal, independentemente de cargo, comissão e função que exercem. Na sessão acompanhada por diretores do Sisejufe, o Órgão

Especial acatou o pedido de recurso da entidade para modificar o Ato 107 instituído pelo presidente do TRT, desembargador Fernando Antônio Zorzenon.

“É uma grande conquista dos servidores e da direção do nosso sindicato. Conseguimos mostrar que a jornada diferenciada, criada pelo presidente do tribunal, era uma enorme injustiça”, comemorou Ricardo Quiroga, diretor do Sisejufe.

O pedido de recurso teve análise favorável da relatora, desembargadora Ana Maria Soares. Ela ressaltou que a jornada de 7 horas deve se por opção do servidor e que o Ato 107 “mexeu para piorar a jornada de trabalho”. O ponto de vista de Ana Maria Soares foi seguido pelos demais desembargadores. A sessão foi presidida pelo corregedor do TRT, desembargador José Nascimento. O presidente do tribunal, Fernando Zorzenon, se ausentou no momento da discussão do tema.

A desembargadora também considerou procedente o pedido para não haver desconto de dirigentes do Sisejufe que participem de atividades sindicais.

Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio têm enfrentado uma onda de autoritarismo e abuso de poder no órgão, combatida com veemência pelo Sisejufe e o funcionalismo. Os desmandos que atingem o tribunal e colocam



Servidores lançaram a campanha “Somos todos José Esteves” e repudiaram a atitude do presidente em ato no TRT da Lavradio

em risco os direitos dos trabalhadores partem principalmente da Presidência e de alguns juizes. O combate a essas posturas mobiliza esforços da diretoria do sindicato e dos servidores para que, juntos, possam resistir e também prestar solidariedade aos diretamente prejudicados.

## Decisões são desumanas

Dois casos recentes chamaram a atenção e resultaram em protestos do funcionalismo. O

primeiro foi o abuso de um juiz da 19ª Vara Trabalhista do Rio contra um oficial de justiça, que mobilizou apoios de dezenas de entidades sindicais de vários estados em favor do servidor. O outro episódio trata da demissão arbitrária de José Esteves que estava em licença médica determinada pelo presidente do TRT, desembargador Fernando Antônio Zorzenon. Sem o menor pudor e consciência, Zorzenon desconsiderou parecer da Comissão de Sindicância que decidiu pelo arquivamento do processo e determinou que o funcionário fosse encaminhado à perícia e tratamento médico.

Os dois episódios provocaram revolta e indignação dos servidores. Manifestações foram organizadas pelo sindicato para denunciar os arbítrios.

## Abuso de poder contra Oficial de Justiça

No começo do mês de março,

o oficial de justiça Pietro Valerio, ao cumprir um mandado no Morro da Providência, no Centro do Rio, se deparou com atividades suspeitas do que parecia ser um grupo criminoso. O servidor seguiu as orientações do sindicato, conforme prevê o Ato 19, e devolveu o mandado. Qual não foi a sua surpresa ao receber novo mandado com a mesma ordem que, caso não fosse cumprida, acarretaria na imposição de multa diária de R\$ 100.

Após o ato arbitrário do magistrado Marcelo Antonio de Moura, o servidor voltou ao Morro da Providência em 25 de abril, procurou a Polícia Militar e foi informado que o local do mandado era área de risco. No entanto, os responsáveis pela UPP local enviaram viatura com dois policiais para acompanhar o oficial de justiça. Pietro conta que a numeração da rua ficava a cerca de 200 metros de onde um policial havia sido baleado há menos de um mês. Como o recla-

Fotos: Max Leone

mostrando o risco de vida ao qual estavam todos expostos. Para Pietro, o principal é que cenas como esta não se repitam, “nem comigo, nem com ninguém”.

A direção do sindicato denunciou a situação e ganhou apoio nacional contra a postura do juiz Marcelo Antonio de Moura em relação ao oficial de justiça. Várias entidades sindicais, como a Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenasso-jaf) e a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Estado de Goiás (Assojaf-GO) declararam-se solidárias e repudiaram o caso.

Além delas, o Sindicato dos Servidores Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Sindiquinze), o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (Sintraemg), a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Assojaf 15), a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Estado do Mato Grosso do Sul (Assojaf/MS), a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais em Pernambuco (Assojaf-PE) e a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Segunda Região (Aojustra) e Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Rio Grande do Sul (Assojaf-RS), entre outras, também prestaram solidariedade e expressaram repúdio em relação à postura do juiz.

“É lamentável que um magistrado se preocupe mais com a prestação jurisdicional do que com a vida do servidor que se colocará à frente do perigo para cumprir a ordem expedida em uma sala dentro de um Fórum. Os oficiais de justiça precisam ser mais respeitados e valorizados diante do importante papel que prestam para

dois fatos ainda marcariam o episódio: na saída, a viatura da PM não ligava. “Quase tive que empurrar o carro”, relata o servidor. E ao passarem pela região conhecida como Barreira, os policiais avistaram traficantes, o que os obrigou a sacar as armas,

**Hoje foi ele, mas amanhã pode ser um de nós. Qualquer pessoa pode passar por situação de doença e não ter seu direito respeitado”, advertiu Amauri Pinheiro**

o Judiciário como um todo”, criticou o presidente da Fenasso-jaf, Neemias Ramos Freire.

## Arbitrariedade em demissão

No dia 6 de junho, a solidariedade falou bem alto em frente ao prédio do tribunal, na Lavradio. Sob clima de indignação e revolta, mais de 100 servidores do TRT e de outras Justças Federais, além de advogados e dirigentes sindicais do Sisejufe e da Fenajufe, participaram de manifestação para denunciar a demissão arbitrária do servidor José Esteves. Na ocasião, foi lançada a campanha pela reintegração sob o mote “Somos todos José Esteves”. O Departamento Jurídico do Sisejufe estuda medidas cabíveis para reverter a situação do funcionário desligado mesmo em licença médica. Houve o coro de “Fora Zorzenon!”.

“Temos que ter consciência de que a postura arbitrária do presidente do tribunal, no caso do José Esteves, pode ser usada em situações que envolvam qualquer servidor. Hoje foi ele, mas amanhã pode ser um de nós. Qualquer pessoa pode passar por situação de doença e não ter seu direito respeitado”, advertiu Amauri Pinheiro, diretor do Sisejufe, classificando a postura de Zorzenon como mais uma estratégia para o desmantelamento da Justiça do Trabalho.

“O presidente desconsiderou totalmente a decisão da Comissão de Sindicância. Também passou por cima da vice-presidente, desembargadora Rosana Salim, então no exercício da

Presidência, que, após pedido de reconsideração do Sisejufe, determinou que Esteves fosse encaminhado ao médico, além de desprezar o atestado médico que constatou o estado de saúde do servidor. Mesmo com tudo isso, ele manteve a demissão. Não podemos ficar calados. Temos que denunciar todos os tipos de assédio e arbitrariedades”, afirmou Ricardo Quiroga, diretor do Sisejufe, que reforçou que a entidade sindical estuda qual a melhor medida para resolver a situação, como entrar com recurso no Órgão Especial.

Para Quiroga, a administração de Zorzenon é a pior e mais desastrosa dos últimos 30 anos no tribunal. Ele expôs dados que comprovam o quadro: somente em abril foram registradas mais de mil licenças médicas e no período de um ano e meio em que o desembargador está na presidência, mais de 30 comissões de sindicância foram implementadas para avaliar condutas funcionais de servidores.

O representante de base e servidor do TRT João Victor de Albuquerque ressaltou que administração de Zorzenon é capaz de ferir qualquer tipo de direitos dos servidores ao adotar postura arbitrária como no caso de José Esteves que, por conta de problemas particulares, teve seu quadro de saúde agravado e se afastou do trabalho. Representante da Fenajufe, Marcelo Melo considerou o episódio como pura maldade e destacou que muitos desembargadores se acham acima do bem e do mal. O servidor David

Cordeiro propôs que a Fenajufe encampe uma campanha nacional denunciando o presidente Zorzenon por onde ele passar e reforçou a necessidade da unidade dos servidores.

O ato contou com a participação de funcionários de outras Justças. Diretor do Sisejufe e servidor da Justiça Federal, Ricardo Horta, que faz parte da comissão de saúde da JF, prestou solidariedade a José Esteves. Já o advogado Carlos Patrício, representante do Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes (Mati), colocou o movimento à disposição do servidor. Também participaram da manifestação os diretores do Sisejufe Laura Silva (JF), Lucilene Lima (TRT), Lucas Costa (TRE) e Rodrigo Alcântara (TRT).

## Mais manifestação de solidariedade

Outro ato em solidariedade a Esteves ocorreu em 7 de junho. Desta vez, durante sessão do Órgão Especial do tribunal. Na ocasião, a declaração do diretor do Sisejufe Nilton Pinheiro resumiu de forma clara a revolta dos agentes de segurança e de outros servidores com a demissão sumária do funcionário. “A casa do trabalhador não respeita o trabalhador da casa”, afirmou Pinheiro.

Colegas de trabalho fizeram manifestação silenciosa denunciando a arbitrariedade do presidente Fernando Antônio Zorzenon. A sessão estava sendo presidida pela vice-presidente do TRT, desembargadora Rosana Salim, que assim que deu início à reunião reconheceu e agradeceu o ato pacífico e silencioso, chamando a atenção dos demais desembargadores para a presença dos servidores e das faixas com os dizeres “Justiça para José Esteves!” e “Junta médica é soberana!”.

\*Da Redação

Em 04 de abril de 2018, na sala de sessões da MM 19ª VARA DO TRABALHO DE RIO DE JANEIRO/RJ, sob a direção do Exmo(a) Juiz MARCELO ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES DE MOURA, art. 843, § 1º, da CLT.

Renova-se o mandado de id 8454954, diante da certidão do Sr Oficial de Justiça, id ac16346, devendo o referido Oficial solicitar a Força Policia que entender necessária para cumprimento da ordem, não sendo excusa para seu cumprimento estar localizada em área de risco. Renova-se a diligência, com a cominação de fixação de multa a recair sobre o próprio oficial, na ordem de R\$100,00 por dia, na recusa ou demora no cumprimento da diligência, nos termos do artigo 77 do CPC.

Sessão para (certificação de comparecimento voluntário das testemunhas, na forma do art. 825, caput, da CLT. As partes ficam intimadas a prestar depoimento pessoal nos termos da S. 74 do TST.

MARCELO ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES DE MOURA  
Juiz do Trabalho

Anexo(s) processual(is): A Certidão Digital assinada por MARCELO ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES DE MOURA  
Mg: (154) 411 401 401 (154) 411 401 (154) 411 401 (154) 411 401 (154) 411 401 (154) 411 401 (154) 411 401 (154) 411 401 (154) 411 401 (154) 411 401  
Número do documento: 154020281478700000011899015  
Número: 850664 - Pág. 1

# Sisejufe obtém vitória no mandado de segurança sobre acumulação da GAE/VPNI

**OFICIAIS DE JUSTIÇA** Mandado de Segurança evita corte no pagamento de aposentados

O Sisejufe foi vitorioso no Mandado de Segurança Coletivo no qual buscava evitar o corte da GAE ou da VPNI dos oficiais de justiça da Seção Judiciária e do TRF da 2ª Região (MS 0098714-30.2017.4.02.5101) que estavam sendo convocados a optar por apenas uma dessas parcelas, por ocasião da aposentadoria. Segundo a diretora Mariana Liria, diretora do sindicato, esse caso chocou oficiais de justiça no estado e no país pela injustiça e

desumanidade no corte do vencimento de colegas aposentados inclusive por invalidez. “Finalmente foi reconhecido o direito cristalino dos colegas que desde o ano passado esperavam por uma decisão justa”, comemorou. A 5ª Turma Especializada deu provimento ao recurso de apelação interposto pelo sindicato, reformando a sentença que contesta a segurança. Em seu voto, o relator do recurso, desembargador Alcides Martins, entendeu que a determinação das autoridades

coatoras é contrária à segurança jurídica – já que as verbas vinham sendo percebidas há vários anos, de forma cumulada – e que não foi oportunizado aos interessados o oferecimento do contraditório e ampla defesa. Entendeu, ainda, que não há vedação legal à percepção cumulativa das parcelas, não sendo cabível a interpretação restritiva aplicada pelas autoridades coatoras.

Segundo a advogada Aracéli Rodrigues, que integra a assessoria jurídica do Sisejufe, o sin-

dicato irá peticionar ao relator, requerendo que a administração seja intimada a dar imediato cumprimento à decisão. “O corte totalmente autoritário por parte da administração não apenas desconsiderou o princípio do contraditório e ampla defesa, como também a decadência, haja vista que o direito desses servidores já havia se consolidado há tempos”, lembrou Mariana. Para a diretora do Sisejufe, é justa a percepção de ambas as parcelas e, nesse sentido, a entidade vai

brigar até a última instância por sua manutenção.

A Assessoria Jurídica alerta aos servidores aposentados com proventos que incluíram a GAE e a VPNI, cujos atos de aposentadoria já foram enviados ao TCU, que, se vierem a ter o registro negado diretamente pela Corte de Contas, em razão da acumulação, devem agendar atendimento com o Jurídico, assim que forem notificados sobre a decisão, pois esses casos não estão abrangidos pela liminar obtida no TRF da 2ª Região.

## Diálogo avança com a Administração

**TRF** Ação garante jornada de trabalho reduzida para amamentar e outras melhorias

A atuação da direção do Sisejufe também rendeu vitórias para os servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), entre elas, a medida que garante às servidoras jornada de trabalho reduzida para amamentar. Assim como ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT), a reivindicação do sindicato foi atendida pela Presidência, beneficiando funcionárias do tribunal que estão amamentando.

A diretoria da entidade conseguiu que a Presidência do TRF instituisse o Programa de Assistência à Servidora Lactante da Justiça Federal da 2ª Região. O pedido foi feito pelo sindicato por meio de requerimento administrativo agora atendido pelo presidente do tribunal, desembargador André Fontes.

De acordo com a resolução, a redução de jornada deve ser solicitada à Secretaria de Gestão de Pessoas, com a anuência da chefia, acompanhada de documentação que comprove a situação de aleitamento materno. O setor competente deverá implementar o benefício a contar da

data de deferimento do pedido. O benefício será estendido para ocupantes de função comissionada ou cargo em comissão.

A Resolução 2018/00022, assinada no dia 11 de maio, determina, no Artigo 3º, a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias para a servidora lactante, e até o último dia do mês em que a criança completar 18 meses de vida.

**Equipe médica irá até o servidor para realizar perícias e sindicato pede mudanças em relação ao CID**

O sindicato levou à Administração da Seção Judiciária a reivindicação dos colegas que atuam nas subseções e que precisavam se deslocar para a realização de perícias. Eles reclamavam, inclusive, do custo da viagem, do qual não eram reembolsados. A orientação da SJRJ agora é para que a equipe médica faça o deslocamento até o servidor.

A direção do Sisejufe ingressou, por meio do Departamento Jurídico, com requerimento administrativo no TRF a fim de que sejam liberados da obrigação de

apresentar o código da Classificação Internacional de Doenças (CID) nos atestados médicos, para obterem licença, além da revisão ou anulação de todos os atos em contrário. O objetivo é evitar os constrangimentos que os servidores têm passado devido ao procedimento.

A exigência de apresentação do código CID junto com o atestado está prevista na Resolução TRF-2 25, de 2010. No entanto, a obrigatoriedade do código CID em atestados vai contra o entendimento jurisprudencial de que o procedimento viola os direitos fundamentais do trabalhador de intimidade e privacidade. Também contraria o Código de Ética e Medicina, que veda ao médico tornar pública a doença de seu paciente.

**Mudanças de sistema gera necessidade de capacitação**

Os servidores estão reivindicando a necessidade de capacitação para o sistema Eproc. A Administração da Seção Judiciária informou ao sindicato que está



sendo organizado um curso à distância, que possibilita a formação de um número maior de servidores, com previsão de início em agosto, antes da migração dos processos em curso no Apolo.

**Servidores com deficiência reivindicam sinalização nos estacionamentos e aquisição de fones de ouvido**

O diretor do Sisejufe Ricardo Azevedo questionou a ausência de sinalização luminosa e

sonora nos estacionamentos dos foros da SJRJ e defendeu a necessidade de aquisição de fones de ouvido para os servidores com deficiência visual da sede da Almirante Barroso. A Administração informou que a compra deve ser feita também para os demais prédios da seção, tendo em vista garantir o desempenho do trabalho e assegurar que todas as demandas do segmento serão encaminhadas com prioridade.

# Jurídico forte e atuante na defesa dos direitos dos associados

**SEU SINDICATO** Departamento promove ações individuais e coletivas

A prestação de serviço do Departamento Jurídico aos servidores do Judiciário Federal do Rio será feita em uma nova sala de atendimento na sede do Sisejufe. O espaço para receber quem procura auxílio de advogados do sindicato passou a funcionar no dia 4 de junho. O local foi reformulado para melhor atender aos sindicalizados do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), do Tribunal Regional Federal (TRF), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e da Justiça Militar. O departamento está preparado para atuar em questões administrativas e judiciais, inclusive em processos que iniciam com um procedimento administrativo e terminam em processo criminal. A entidade faz ações coletivas e individuais.

O atendimento jurídico é uma das funções do Sisejufe, além da atuação da entidade no campo político em defesa dos interesses da categoria com atividades e negociações para melhorar as condições de trabalho e salariais do funcionalismo. Atualmente, o departamento é coordenado por Claudio Amorim, oficial de justiça avaliador federal da Justiça Federal do Rio. Compõe a diretoria colegiada do departamento, Valter Nogueira Alves, Mariana Liria, Dulavim Oliveira, Ronaldo das Virgens, Ricardo de Azevedo Soares e Lucas Ferreira.

Na área criminal, o departamento conta com assessoria do advogado João Carlos Bacellar e, no campo administrativo, tem à disposição um dos melhores escritórios especializados na defesa do interesse dos servidores públicos: Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados que tem matriz em Brasília e filial no Rio, com reconhecida experiência nas questões específicas do funcionalismo do Poder Judiciário da União.

Nas questões funcionais dos servidores filiados, o Sisejufe

oferece assessoria jurídica que atua tanto nas questões coletivas quanto nas individuais, na esfera administrativa e judicial. O atendimento também é prestado pelo escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados.

**Atuação Coletiva**

Nas questões que abrangem interesse geral da categoria, o Sisejufe prioriza a atuação coletiva, formulando, em nome próprio, requerimentos administrativos, pedidos de providências, procedimentos de controle administrativo, representações, ações coletivas, dentre outras medidas. Nas ações coletivas em que o sindicato atua como substituto processual de seus filiados, as custas processuais e honorários de sucumbência são suportados pela entidade. Em sua página na Internet, o sindicato mantém acesso a relatórios das ações coletivas patrocinadas pelo sindicato, atualizados periodicamente.

**Atuação Individual**

Nas questões de interesse individual dos filiados, a assessoria jurídica prestada abrange apenas assuntos funcionais, aqueles que se relacionam com o vínculo existente entre o servidor e a administração e que necessitam da filiação ao Sisejufe. A atuação na esfera administrativa envolve orientação jurídica aos filiados, atuação em requerimentos e recursos administrativos, defesa em processos disciplinares, dentre outras medidas. Já na esfera judicial, a atuação envolve também orientação jurídica aos filiados e o ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais relacionadas às questões funcionais.

Para entrar em contato com a assessoria jurídica administrativa do Sisejufe, os filiados dispõem dos seguintes canais:

• **Plantões** – os atendimentos pessoais e telefônicos são rea-



Assessoria Cível é feita de maneira personalizada, profissional, criteriosa, inovadora e eficaz

lizados nos plantões prestados às terças-feiras (das 14h às 19h) e nas quintas-feiras (das 9h às 13h), na sede do Sisejufe. Para agendar atendimento, o filiado deve marcar com a Secretaria do Jurídico pelo telefone.

• **Pergunte ao Jurídico** – disponível no site do Sisejufe, o formulário – exclusivo para assuntos jurídicos – permite que o filiado encaminhe sua dúvida à assessoria jurídica, que poderá respondê-la por e-mail no prazo de três dias úteis, ou encaminhá-lo para atendimento, quando a complexidade do assunto exigir.

**Assessoria Cível**

O contencioso cível abrange a maioria dos problemas cotidianos que ocorrem devido a uma grande variedade de serviços e produtos disponíveis, sendo muito comum ocorrer abuso por parte de instituições financeiras, empresas de seguro, planos de saúde, entre outros.

O atendimento é feito pela

advogada Maria Cristina Libório Paes Leme que atua no Sisejufe desde 2015. Tem vasta experiência nas ações de cunho de Direito Cível, Direito do Consumidor e Direito de Família. A prestação do serviço é direta e pessoal a cada servidor, o que ajuda no entendimento das peculiaridades de cada caso de modo a solucionar de maneira personalizada, profissional, criteriosa, inovadora e eficaz os desafios propostos pelos servidores.

“O meu objetivo é manter uma relação de parceria duradoura com o servidor, construída com empatia, comprometimento e principalmente humanidade, para que a tramitação do processo transmita ao servidor o máximo de segurança e celeridade possível”, afirma Maria Cristina Libório Paes Leme.

Os atendimentos são feitos de acordo com a disponibilidade do servidor, podendo ser presencial, por telefone ou via e-mail. Para o atendimento presencial ou telefônico é preciso agendar um horário com a advogada, ligando para o Sisejufe. A consulta também pode ser feita por e-mail: [marialiborio@sisejufe.org.br](mailto:marialiborio@sisejufe.org.br). Os servidores ainda têm a opção de enviar as dúvidas pelo site do sindicato, por meio do link: <http://sisejufe.org.br/wprs/juridico/>.

Há cobrança de honorários para a prestação de tais serviços, com subsídio do Sisejufe de 50% (cinquenta por cento) para os servidores filiados.

Recentemente, foi fechado convênio com escritório especializado em recursos ao Detran-RJ (multas, pontuação, perda de CNH, Lei Seca etc).

**Telefone do Sisejufe: 2215-2443**  
**Página: [www.sisejufe.org.br](http://www.sisejufe.org.br)**

# Crônicas do cotidiano influenciadas por novas tecnologias

**PRATA DA CASA** Servidor lança livro sobre o impacto da modernidade na vida das pessoas

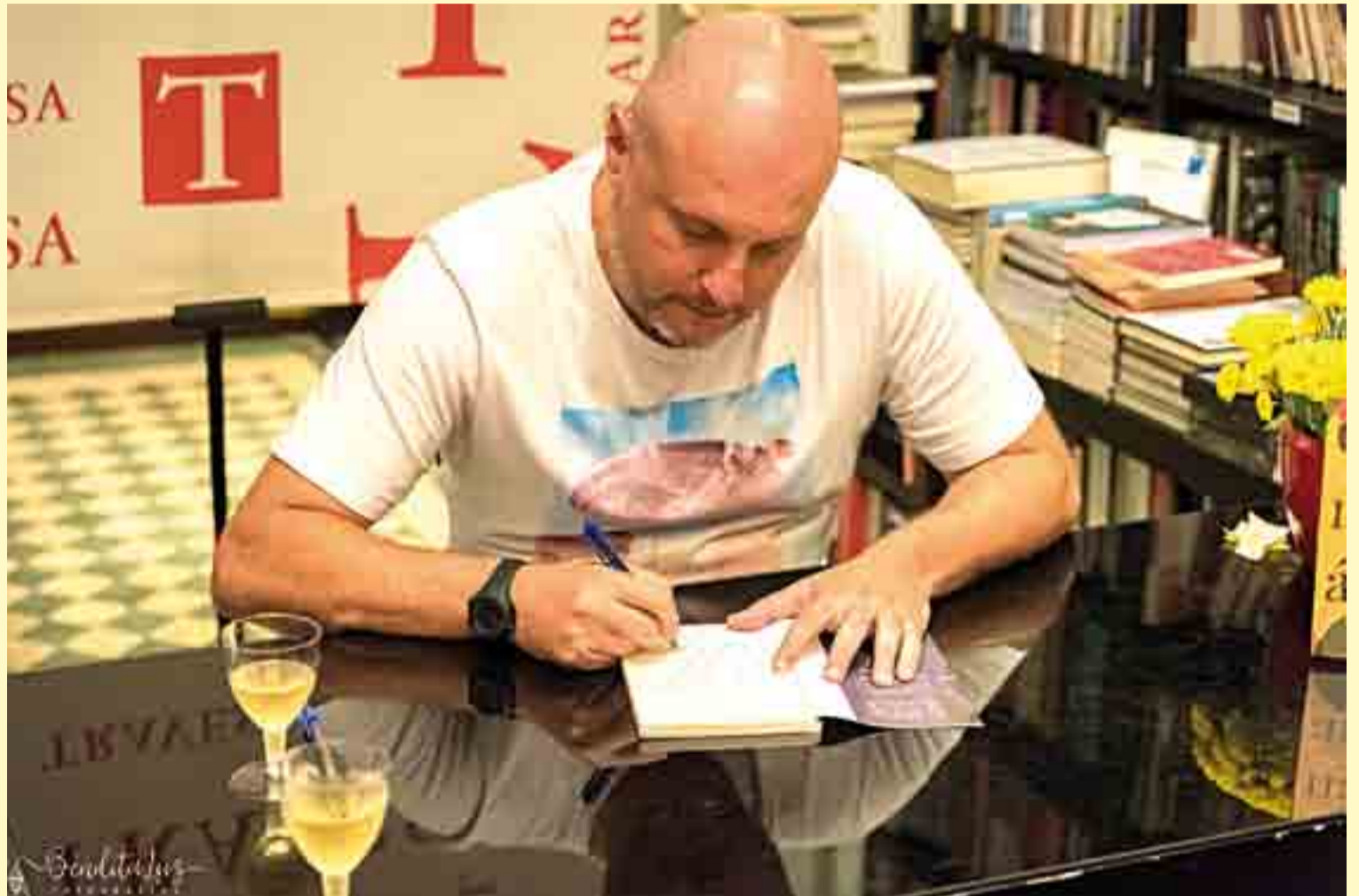
Max Leone\*

As influências e os impactos de ferramentas da Internet, como aplicativos, sites e redes sociais, no cotidiano da vida moderna, servem de inspiração e povoam as crônicas reunidas no livro “Gato na Árvore”, de Marco Antônio Martire, 44 anos, técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio. O comportamento das pessoas com o advento de novas tecnologias, que colocam o mundo na palma das mãos, e relatos de sua própria vida, entre eles o fim de um relacionamento via mensagens de WhatsApp, são abordados nos 48 contos que compõem a publicação lançada em abril deste ano na Livraria Travessa de Botafogo.

“Tenho o cotidiano como base. Procuo observar o comportamento das pessoas e como elas reagem com as novas tecnologias. Os motivos que as levam a fazer *selfies* em vários momentos, inclusive em situações que podem provocar acidentes no meio da rua e em lugares inusitados”, explica o servidor que está no TRE desde 2007 e atualmente é lotado na Seção de Gestão de Desempenho e Acompanhamento de Estágio (Segede).

Martire é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta, iniciativa do Departamento de Cultura do Sisejufe e tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras com talentos artísticos e literários fora da repartição.

“Gato na Árvore” é o primeiro livro de contos do servidor, que desde 2014 descobriu sua queda por este gênero literário e passou a publicar seus textos no site [rubem.wordpress.com](http://rubem.wordpress.com) a cada quinzena. No ano passado, verificou que possuía material suficiente para publicar um livro.



Assim, levou o projeto adiante.

“Procurei editoras independentes e a Moinho aceitou a proposta. São 48 crônicas no livro”, comenta.

Antes, ele já havia lançado outros dois livros. O primeiro

de Recife. Nele, conta experiência nas rodas de capoeira. “Foi o começo da minha carreira como escritor”, lembra o servidor, ressaltando que o segundo livro “Cara Preta no Mato” saiu no formato e-book.



em 1999, o “Capoeira Angola mandou me chamar”, que acabou premiado em concurso promovido pela Prefeitura de Recife (PE) e foi publicado pela Secretaria de Cultura da Cidade

A influência literária vem desde pequeno com seus pais que, segundo ele, sempre foram propiciadores de leitura, apesar do pouco estudo que os dois tiveram. Martire recorda

que muito cedo começou a ler revistas em quadrinhos, livros de fábulas e coleções de jornais como a Conhecer. Entre os 10 e 12 anos de idade, teve os primeiros contatos com as grandes obras de Machado de Assis, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, entre outros, na escola.

“Além de meus pais, a escola também foi um espaço muito importante na minha formação literária ao propor os grandes autores. Literatura nos faz pensar, nos faz imaginar. E atualmente, os jovens não fazem mais isso, mesmo que a Internet te abra um grande horizonte. A maioria só quer saber de joguinhos. Eu passei da condição de leitor para a de escritor”, afirma.

Formado em Comunicação Social, na área de Publicidade e Propaganda, teve experiência como redator de uma agência. Mas percebeu que o que queria mesmo era ser escritor. Passar no concurso público para o TRE foi a oportunidade de conseguir estabilidade financeira e se dedicar à literatura.

“Vida de escritor no Brasil é

muito difícil e precisava de outra ocupação. E o serviço público me deu essa tranquilidade, essa possibilidade”, afirma. Ele também é pós-graduado em Língua Portuguesa pela Universidade Cândido Mendes, por meio do convênio Multiplus, intermediado pelo Sisejufe, e tem planos de fazer mestrado.

\*Da Redação

## Descoberta de Talentos

– Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br).